

Parcela só sai com contrapartida

O Brasil somente pagará uma parcela dos US\$ 500 milhões de juros da dívida dia 30 deste mês, conforme acertado semana passada no acordo interino fechado em Nova Iorque, se cerca de 70 do conjunto dos bancos credores concordarem, nos próximos 20 dias, em contribuir para a contrapartida de US\$ 1 bilhão que devem depositar. Tanto o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, como o assessor Especial do Ministério da Fazenda para a Dívida, Fernão Bracher, deixaram claro ontem aos membros da Comissão da Dívida do Senado que nada foi assinado com os bancos. "O contrato do empréstimo é que será o documento formal desse acordo interino", explicaram.

Milliet informou que o País está em condições de fazer esse desembolso, já que a posição das reservas cambiais brasileiras, hoje, está acima dos US\$ 4 bilhões".

Milliet e Bracher também admitiram aos senadores que nos dois telegramas enviados ontem ao conjunto dos bancos credores pelo Brasil e outro, pelo comitê de assessoramento — fica clara a intenção do País de procurar o Fundo Monetário Internacional para um acordo. "Mas não haverá uma relação, conexão, ou ligação, entre um acordo com o FMI e o refinanciamento da dívida bancária, que

representa dois terços do total da dívida brasileira", enfatizou Milliet. Bracher também fez questão de esclarecer que "é apenas uma intenção", manifestada pelo País, que não deverá condicionar o acordo final que deverá ser fechado até 15 de janeiro e tampouco os desembolsos que deverão ser feitos pelos bancos (num total de US\$ 3,4 bilhões).

Essa questão da menção do FMI nos telegramas, embora não tenha sido claramente fixada na minuta do acordo interino divulgada sexta-feira passada pelo Ministério da Fazenda, foi a preocupação principal dos senadores presentes ao relato dos dois representantes do Governo na Comissão da Dívida Externa. Uma explicação foi cobrada pelo relator Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), logo endossada pelo presidente da Comissão, senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), já que o senador Roberto Campos (PDS-MT), embora não integrante da comissão, leu o parágrafo do telegrama brasileiro aos bancos, onde o Brasil se compromete a procurar um programa do FMI.

Será que o Brasil conseguirá ser o primeiro País a firmar acordo com os credores, sem vinculação formal com o FMI? Foi a pergunta do senador Fernando Henrique. O

presidente do Banco Central acredita que sim, baseando-se nos pontos fixados no acordo interino, como a concordância dos bancos em analisar a possibilidade de negociação de forma não tradicional, isto é, transformar parte da dívida em títulos resgatáveis a longo prazo.

Dentro desse contexto de preocupação com a possível ida do Brasil ao FMI, cuja data ainda não está definida, segundo Bracher, os senadores exigiram de Bracher e Milliet, durante mais de três horas de depoimentos sobre o acordo interino, explicações sobre algumas mudanças nas intenções iniciais do Governo brasileiro.

Bracher explicou que o pagamento efetivo de um terço dos juros vencidos neste trimestre (os US\$ 500 milhões), ao invés do pagamento simbólico, por exemplo, foi uma das concessões que o País teve que fazer para fechar esse acordo inicial.

Admitiu ainda o principal negociador da dívida e ex-presidente do Banco Central que esse pagamento que deverá ser feito este ano se constitui um risco para o Brasil, pois em caso de não concluir o acordo final no início do próximo ano, "esses US\$ 500 milhões terão sido desembolsados efetivamente", disse Bracher.